

O MATERIAL DIDÁTICO E SUA SIGNIFICÂNCIA NA MANUTENÇÃO E QUALIDADE DA APRENDIZAGEM NA EAD

Curitiba/PR Maio/2016

Juliane Marise Barbosa Teixeira - PUCPR - juliane_bt@hotmail.com

Achiles Batista Ferreira Junior - Centro Universitário Internacional UNINTER - achiles.f@uninter.com

Diego Figueiredo Dias - VG Consultoria - diegofigueiredo@yahoo.com.br

Viviane Marques Goi - VG Consultoria - viviane@vivianegoi.com.br

Elizabeth Ribeiro Martins Franco de Souza - Centro Universitário Internacional UNINTER - consultoraelizabeth@gmail.com

Nelson Pereira Castanheira - Centro Universitário Internacional UNINTER - nelson.c@uninter.com

Karin Sell Schneider Lima - Centro Universitário Internacional UNINTER - karin.l@uninter.com

Tatiane Kuckel - Centro Universitário Internacional UNINTER - tatiane.k@uninter.com

Tipo: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (IC)

Natureza: RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

Categoria: SUPORTE E SERVIÇOS

Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

O trabalho propõe discutir tópicos relevantes como papel do professor na demanda, constituição e aceitabilidade dos materiais didáticos como recurso e fator essencial de qualidade para educação a distância. A discussão se concretizou a partir da sistematização de dados provenientes dos resultados relativos ao material didático constante no Censo 2014 apresentado no 21º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância em 2015 e incluiu revisão bibliográfica de pesquisadores referência no assunto e documentos queque ditam as diretrizes política e educacionais no Brasil. A discussão apurou a relevância extrema de fatores ligados ao material didático e sua articulação com as ações docentes na metodologia da educação a distância, assim como, reforçou as configurações contemporâneas dos papéis diversos da docência nesta metodologia. A discussão apontou ainda, com dados estatísticos extraídos do Censo 2014 o quão impactante é a produção e/ou acompanhamento da produção material didático é para as instituições de ensino. A contribuição dessa discussão está na retomada da normativa brasileira frente as tomadas de decisões nos processos educacionais e a real efetividade dessas normativas junto aos processos dinâmicos e frenético das tecnologias da informação e comunicação em favor da educação e seus processos.

Palavras-chave: Educação a Distância; Qualidade; Material didático

1 INTRODUÇÃO

As necessidades de comunicação reconfiguradas a partir da rapidez das informações desenharam um novo comportamento tanto da sociedade como das organizações. A ênfase nas competências inter e intrapessoal nunca foi tão desejada, incentivada e cobiçada por gestores de qualquer segmento do mercado. E na área da educação essa necessidade se acentua ainda mais, já que cabe, principalmente, às instituições de ensino superior (IES) formar, qualificar e capacitar esses profissionais para responder às necessidades criadas pelas mudanças.

Esse mesmo fenômeno aqueceu a busca por cursos a distância, pois quanto maior a exigência profissional, menor é o tempo extra dos profissionais, que viram-se motivados e, até mesmo, obrigados a retornarem às salas de aula para rever sua formação e se qualificar. Pesquisas apontam que um dos principais fatores de decisão na escolha por um curso na metodologia a distância é o tempo de dedicação. Segundo o Censo EAD.BR 2014 (2015), aproximadamente, 56% da evasão de 2014 de cursos totalmente a distância foi derivada do fator tempo e 35%, da não adaptação à metodologia (2015, p. 76), dessa forma, acrescentamos aqui, a partir da experiência na metodologia, que grande parte dessa dificuldade de adaptação está na organização, apresentação e instrumentalização do material didático.

Este cenário contemporâneo remete aos profissionais da educação a busca constante pelo dinamismo dos materiais e recursos didáticos de suas instituições. É fato histórico a preocupação pela qualidade dos materiais que subsidiam a educação. A própria lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no título II - dos Princípios e Fins da Educação Nacional, artigo 2º define que é

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o **pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho** (BRASIL, 1996) (Grifo nosso).

A referida lei ainda menciona em seu artigo 2º no inciso IX, "a garantia de padrão de qualidade" (p.76). Os debates por parâmetros de qualidade no material didático são infinitos, entretanto, para esta discussão, utilizaremos os **Referenciais de Qualidade para EAD** circunscritos no ordenamento legal atual que, desde sua última reformulação, em 2007, complementa as determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, publicada pelo Ministério da Educação (MEC).

Faz-se distinto aqui ressaltar, por força até mesmo do próprio MEC, que o citado referencial de qualidade não é, portanto, uma Lei e, sim, indicações paramétricas para interpretar, elaborar, executar e avaliar a própria LDB, principalmente por seu caráter referencial temporal, já que a lei vem de 1996. O MEC ainda destaca que, mesmo não sendo uma lei, esses parâmetros podem ser utilizados para basear instrumentos de regulação, supervisão e avaliação das IES e seus cursos.

2 OS PARÂMETROS DE QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL DE QUALIDADE EAD - MEC

Inicialmente, é importante destacar que todo e qualquer material, seja ele físico, seja ele virtual, deve ser pensado e elaborado para garantir a qualidade e a eficácia da dinâmica ensino-aprendizagem. Na EAD, diferente da metodologia presencial, que conta o professor presencialmente para orientar e complementar as possíveis e eventuais lacunas dos materiais adotados em seu tempo de aplicação, eles cumprem em destaque a função de mediação entre

aluno e processo de aprendizagem, ou seja, o material deve ser autoexplicativo e deve estar orquestrado junto com os demais recursos didáticos na condução do aluno durante as disciplinas e/ou curso.

Segundo o Referencial de Qualidade do MEC (2007), todo material didático deve ser pensado a partir de três princípios: epistemológicos, metodológicos e políticos

A fim de facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação (...) com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento (p.13).

Epistemológico porque ele deve ser científico, ou seja, ele deve embasar seu conteúdo na ciência; metodológico porque sua preparação e apresentação devem obrigatoriamente se estruturar a partir de métodos, processos e instrumentos específicos e adequados ao seu propósito fim e políticos porque deve respeitar a doutrina jurídica e a governança do Estado que embasa e compatibiliza os interesses da sociedade.

Nossa atenção, neste estudo, incide, em especial, sobre questões relacionadas à metodologia. É grande a preocupação de IES e pesquisadores sobre os constantes equívocos e imprudentes julgamentos sobre a qualidade e potencialidade do ensino na modalidade a distância diante do presencial. Para o Professor Fredric M. Litto

outro mito maniqueístico é a ideia segundo a qual a EAD é para “todo mundo”. Pelo contrário, é sabido que um número substancial de aprendizes não tem a motivação, a autonomia e a disciplina necessárias para completar um curso universitário de EAD. Precisando de um professor a seu lado para elogiar ou cobrar os resultados em trabalhos ou exames, tais indivíduos poderiam ficar no presencial até que adquiram a maturidade necessária (2013-2014, p. 62-63).

A banalidade e a falta de conhecimento com que a modalidade a distância é tratada ainda por alguns profissionais da área levam-nos a pensar que qualquer material produzido para a modalidade presencial, se devidamente transformado em arquivo e postado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como o MOODLE, por exemplo, que é o mais conhecido e adotado pelas instituições pelo seu caráter gratuito, servirá como base da aprendizagem de um aluno na modalidade a distância.

O Referencial de Qualidade EaD, em 2007, já se preocupava com essa linha de pensamento equivocada sobre material didático para EAD. Vejamos:

Cabe observar que somente a experiência com cursos presenciais não é suficiente para assegurar a qualidade da produção de materiais adequados para a educação a distância. A produção de material impresso, vídeos, programas televisivos e radiofônicos, videoconferências, CD-Rom, páginas WEB, objetos de aprendizagem e outros, para uso a distância, atende a diferentes lógicas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo. Para atingir estes objetivos, é necessário que os docentes responsáveis pela produção dos conteúdos trabalhem integrados a uma equipe multidisciplinar, contendo profissionais especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas web, entre outros. Além disso, é recomendável que as instituições elaborem seus materiais para uso a distância, buscando integrar as diferentes mídias, explorando a convergência e integração entre materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de videoconferências e teleconferências, dentre outros, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e favorecendo a interação entre os

múltiplos atores (2007, p. 13-14).

É importante, também, que o material didático acompanhe as propostas pedagógicas do curso. Ora, se cada curso é desenhado a partir de uma necessidade específica de formação, é óbvio que os materiais didáticos que sustentam essa formação devem estar configurados de acordo com suas necessidades específicas. Caso assim não fosse, bastaria que contássemos com um molde semelhante aos moldes industriais (processos repetidos e condicionados com foco em produção de larga escala) que replicassem conteúdos em plataformas virtuais da disposição dos alunos. Mas, se presencialmente temos recursos diversos para saberes diversos, por que ainda, nos dias de hoje, existem crenças de que um único molde serviria para toda e qualquer disciplina ou curso ofertado na modalidade a distância?

Observe que usamos a palavra molde e não modelo. Literalmente, molde significa uma matriz de fundição, ou seja, entra na forma bruta e sai de acordo com o desenho edificado enquanto modelagem. Esse é um processo que não permite nenhuma outra interpretação de *status*. Se o molde é redondo, todos os resultados de sua aplicação terá o formato circular. Não cabe aqui nenhuma outra interpretação.

Já um modelo, segundo o dicionário dos significados (SIGNIFICADOS, 2016), “é considerado como um objeto de imitação (...) feito para que se possa melhor estudar o original. Modelo reduzido, reprodução em pequena escala de um aparelho ou de um conjunto”. Acreditamos que modelos podem inspirar constantes aprimoramentos, tentativas e ensaios que se traduzem na constante necessidade de reformulação do processo ensino-aprendizagem, que, como inicialmente citamos, vem cada vez mais se reconfigurando por meio da rapidez de propagação das informações e também mediante as novas ferramentas das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Um modelo vai ao encontro de outra importante recomendação do referencial de qualidade do MEC (2007), que propõe sintonia

em consonância com o projeto pedagógico do curso, o material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo (p.14).

Obviamente que a qualidade da modalidade a distância não está condicionada unicamente à qualidade do material didático, mas é fato que sua influência é extensivamente expressiva e deve ser considerada como prioridade nas IES. Rosini (2010) ainda ressalta sua importância:

No caso da EAD, o problema se agrava porque o material instrucional é o mesmo que vai ser estudado por muitas pessoas, cada qual limitada, de certo modo, por sua cultura grupal e social. É uma dificuldade a ser enfrentada e, sem dúvida, passível de superação, no caso de ter o cuidado de estar sempre atento à realidade das diferenças individuais. Interagir com pessoas que têm diferentes princípios de vida, costumes, habilidades, conhecimentos, preconceitos, limitações de escolaridade e objetivos exige atenção e flexibilidade para localizar e procurar resolver dificuldades, bloqueios, incompreensões, objeções etc. (p.66)

E, aliado a essa preocupação, entra em cena a figura do professor. Se o molde industrial não se encaixa mais nas atuais necessidades do processo ensino-aprendizagem, o papel do professor também já não é mais o mesmo.

3. O PAPEL DO PROFESSOR E O NOVO CONCEITO DE MATERIAL DIDÁTICO

Devido à complexidade das tecnologias nas quais se apoia (a EAD), raramente é um empreendimento individual, em que apenas um docente pensa, elabora, organiza, estrutura e ministra os conteúdos. Para Mill, Ribeiro e Gomes (2010) na EAD,

os professores responsáveis pelas disciplinas frequentemente trabalham com outros indivíduos. (...). Isto acontece tanto pelo fato de a docência *on line* requerer alguns tipos de conhecimentos que comumente não são *sine qua non* à docência presencial (...), quanto pela frequente necessidade de trabalho coletivo durante seu planejamento, execução e gerenciamento. Este fato é importante diferenciador entre a Educação a Distância e a Presencial e demanda uma reavaliação de uma ampliação que se entende por docência (p.14).

Os autores adotam a expressão polidocência para expressar a ampla e dinâmica atuação de todos os profissionais ligados direta e indiretamente à construção dos conteúdos e de todo processo ensino-aprendizagem que irão se traduzir em conhecimento para o aluno:

Desta forma, não apenas os professores responsáveis pelo conteúdo devem ser considerados como docentes na EaD, mas também aqueles que acompanham os estudantes **e aqueles que organizam pedagogicamente os conteúdos nos materiais didáticos para diferentes suportes midiáticos (impresso, visual, audiovisual, etc.)** (Grifo nosso) (p. 16).

A percepção de Horn e Staker (2015) nos ajuda a concluir a importância do professor articulando o material didático junto aos alunos, focando processos ímpares de desempenho, qualidade e aprendizagem. Para os autores, “devido a algumas mudanças fundamentais na sociedade, cada vez mais os alunos necessitam de professores que os orientem academicamente como mentores” (p. 168), e na modalidade a distância os professores têm a possibilidade de explorar amplamente esse papel.

Horn e Staker fazem uma releitura dos perfis docentes feito por Mill, Ribeiro e Oliveira e afirmam que, a partir das TICs e do entendimento de pluralidade do papel do professor, hoje, ele pode atuar como docente em diversos momentos do processo ensino-aprendizagem, descaracterizando, cada vez mais, o modelo industrial de ensino. Para os autores, os professores podem atuar como:

- **Especialistas de conteúdos que se concentram em desenvolver e postar currículos;** (Grifo nosso)
- Líderes de grupos pequenos para suplementar o ensino *online* com aplicações práticas;
- Mentores que fornecem entendimento, capital social e orientação;
- Avaliadores aos quais outros educadores podem entregar a responsabilidade de avaliar tarefas e, em alguns casos, planejar as avaliações;
- Especialista em dados (2015, p. 176).

Percebe-se, portanto, que a configuração do papel do professor, acreditado e reconhecido ainda como professor, mesmo que direcionado à produção didática de materiais pedagógicos e conteúdo, é uma percepção da necessidade de especialização e emprego de pesquisa para o desenvolvimento e produção de materiais como referencial na criação de condições possíveis de parametrização de referencial de qualidade na educação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tratando de fatos concretos, o CENSO EAD.BR 2014 (2015) nos trouxe dados relevantes sobre o assunto. Segundo a obra, a pesquisa aplicada em 254 instituições EAD brasileiras aferiu dez objetos de aprendizagem considerados materiais didáticos recorrentes, são eles: livros e materiais de textos impressos; livros eletrônicos ou textos digitais; tele aulas ou vídeos; áudios (*podcasts*, músicas, etc.); simulações *online*; jogos eletrônicos; objetos de aprendizagem obtidos gratuitamente; objetos de aprendizagem proprietários; enciclopédias *online* (*Wikipédia*, etc.); recurso educacionais abertos e ainda um décimo primeiro item classificado como outros recursos (p.98).

Para Silva (2013), na EAD, dois caminhos têm prevalecido para aquisição desses materiais nas instituições brasileiras. O primeiro diz respeito aos materiais que são produzidos pela própria instituição e que contam com o envolvimento de seus especialistas, sem intervenção de terceiros (p. 87). Essa demanda, por sua vez, é dispendiosa de recursos e corre o risco, caso não haja um adequado e cuidadoso sistema de avaliação de pares, de viciar e limitar a metodologia dos materiais. O segundo caminho é a contratação de empresas terceirizadas e especializadas que produzem os materiais a partir de um banco de especialistas e sob encomenda direta das instituições. Nesse caminho, é importante que a instituição esteja conectada à empresa que produzirá o material para acompanhar os processos de construção.

Entretanto, quando vamos a campo, percebemos que existem outros caminhos e recursos que vêm sendo adotados pelas instituições. Vejamos: segundo o CENSO EAD.BR 2014, quanto à origem ou modo de produção desses materiais didáticos, a pesquisa apontou que aproximadamente 55% das instituições registravam suas produções como própria ou autônoma, sem terceirização de etapas da produção; já 27% das instituições registravam a produção própria, mas com terceirização de etapas de produção; cerca de 10% registravam sua produção encomendada e supervisionada pela instituição; cerca de 4,3% compravam os materiais de fornecedores externos; 10% utilizavam-se de recursos gratuitos e adaptados pela instituição; aproximadamente 10% utilizavam-se de recursos gratuitos sem nenhum tipo de adaptação e 1,5%, outras formas e recursos (2015, p.99).

Observamos, então, que mais de 2/3 das instituições estão conectadas e envolvidas no processo de criação dos materiais didáticos, já pela ciência e certeza da sua importância e extrema relevância na consolidação da qualidade do ensino ofertado.

4 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos pelo Censo 2014 nos mostram que o crescimento da metodologia EAD é exponencial, sólido e avança a cada dia. Os quesitos de qualidade são imputados em todos os setores que compõem a metodologia, principalmente os que dizem respeito aos materiais didáticos. Tais quesitos partem essencialmente, da união de três princípios básicos da composição dos materiais didáticos: Epistemológico porque ele deve ser científico; metodológico porque sua preparação e apresentação deve obrigatoriamente se estruturar a partir de métodos e políticos porque deve respeitar a doutrina jurídica e a governança do Estado que embasa e compatibiliza os interesses da sociedade; obviamente, tudo isso alinhado com o trabalho docente.

De fato, a presença forte e marcante da metodologia inserida na realidade educacional brasileira nos remete a constantes pesquisas e ensaios para melhoria e capacitação de todos os elementos que dela fazem parte.

Sobre a legislação, é fato notório e de conhecimento não só da comunidade acadêmica, mas da sociedade em geral, que estamos carentes de revisões, releituras e principalmente da abertura de novos canais de interações entre os profissionais da EAD e as normativas brasileiras. Percebemos

no Referencial de Qualidade que as referências de recursos didáticos tecnológicos estão ultrapassadas. Ele não inclui redes sociais, aplicativos, mobilidade de conexão, entre outros. E ainda que zelem pela qualidade de forma considerável, é preciso que tal documento seja revisto anualmente, principalmente pela rapidez das mudanças na área tecnológica, suporte essencial da EAD.

A presente pesquisa identificou que tais discussões estão apenas em terrenos rasos e faz-se necessário maior diálogo entre os pares e maior visibilidade ao tema na comunidade. Ainda temos muito o que explorar no que diz respeito aos materiais didáticos e sua relevante participação na qualidade da educação a distância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação. **Referenciais de Qualidade para EAD**. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2016.

CENSO EAD.BR: **relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2014**. Censo EAD.BR: Analytic Report of distance Learning in Brazil/ [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. – Curitiba: IBPEX, 2015.

HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Blended: Usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

LITTO, Fredric M. As interfaces da EAD a educação brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 100, p. 57-66, Dezembro/Janeiro /Fevereiro 2013-2014. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2016.

MILL, Daniel; RIBEIRO, Luís Roberto de C.; OLIVEIRA, Márcia Rozenfeld G. De. **Polidocência na Educação a Distância**: múltiplos enfoques. São Carlos: Edufscar, 2010.

ROSINI, Alessandro Marco. **As Novas Tecnologias da Informação e a Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIGNIFICADOS *on line*. Significado de Molde e modelo. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2016.

SILVA, Robson Santos da. **Gestão de EAD**: Educação a Distância na Era Digital. São Paulo: Novatec, 2013.